



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681123 - MG (2021/0224856-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : EMANUEL ALVES SIMAS
ADVOGADO : EMANUEL ALVES SIMAS - MG103799
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : VAGNER EDUARDO SANTIAGO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VAGNER EDUARDO SANTIAGO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.116746-5/000).

O paciente "foi preso em flagrante, durante o cumprimento de mandado de busca apreensão, face à localização de 02 (dois) invólucros contendo 3,9g de substância semelhante à cocaína" (fl. 68).

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal. Defende que não haveria configuração do crime de tráfico, pois a quantidade encontrada não seria indicativo seguro a configuração do delito.

Argumenta sobre a ausência dos requisitos da segregação cautelar e a possibilidade de estabelecer medidas diversas, mormente diante das condições pessoais favoráveis do paciente e possibilidade de desclassificação para enquadramento no art. 28 da Lei de Tóxicos.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar a prisão, de modo a responder o processo em liberdade, com eventual aplicação de medida diversa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente